

# **PROPOSTA DE GESTÃO 2019 - 2023**

**Ana Elisa Costa Novais**

Candidata à Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

**Nome da candidata:** Ana Elisa Costa Novais

**Cargo e formação:** Professora EBTT, Doutora em Linguística Aplicada (UFMG – POSLIN)

**Cargo ao qual pretende concorrer:** Reitoria do IFMG

**Slogan da campanha:** Nós podemos mais

**Ouro Preto, 27 de maio de 2019**

# O IFMG não é só o que temos hoje: nós podemos mais

“Que a vida não é só isso que se vê  
É um pouco mais  
Que os olhos não conseguem perceber  
E as mãos não ousam tocar  
E os pés recusam pisar”  
(Paulinho da Viola)

## APRESENTAÇÃO

Meu nome é Ana Elisa Novais, tenho 40 anos, sou professora de Educação Língua Portuguesa do IFMG, campus Ouro Preto, desde 20/07/2011. Minha relação com a rede federal de educação tecnológica começou há quase vinte e cinco anos, quando fui aluna do curso de Informática Industrial da Escola Técnica Federal de Ouro Preto. Já neste período, como estagiária de Informática Educativa, iniciou-se o meu interesse pela relação entre Educação, Linguagem e Tecnologia. Foi o início da minha formação e dedicação ao ensino público federal. Fiz Licenciatura em Letras na UFOP, depois mestrado e doutorado o programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, na linha de pesquisa Linguagem e Tecnologia.

Já como servidora do IFMG campus Ouro Preto, fui representante do Conselho Acadêmico, o que demonstra confiança dos meus pares na minha conduta como professora e pesquisadora. Participei também do Comitê de Pesquisa do IFMG – Ouro Preto, além de coordenar projeto de extensão com fomento externo, oriundo do Ministério das Comunicações, no ano de 2013. Neste projeto, coordenava o trabalho de quatorze bolsistas dos cursos de licenciatura em Física e Geografia, que atendiam a seis escolas públicas municipais de Mariana, em oficinas e projetos de letramento digital. Hoje sou coordenadora do curso de pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica.

Com um olhar para o IFMG do futuro, aquele que teremos para daqui a 10, 20 anos, pretendo defender a instituição como um patrimônio público da educação brasileira, gratuita, pública e de qualidade. Uma instituição soberana, cuja missão, metas, valores e responsabilidades serão repactuados por um processo democrático colegiado e horizontal.

O IFMG, quando alcançar seu pleno funcionamento, com todos os novos *campi* atuando com o total de professores definido por lei e todos os cursos estabelecidos, será uma das maiores instituições federais de ensino do estado de Minas Gerais. Temos que garantir que essa envergadura seja digna de uma instituição forte, soberana e madura institucionalmente.

## PORQUE SOU CANDIDATA À REITORIA DO IFMG

Acredito que o IFMG atua hoje sob uma cultura institucional que favorece autoritarismos e outras práticas pouco democráticas, além de quase não contribuir para que a instituição tenha sua importância efetivamente concretizada e realizada para o benefício de seus alunos, servidores e comunidade.

A não-realização de consulta para diretores nos *campi* avançados é um dos alertas sobre a forma como a atual reitoria atua para manter os órgãos colegiados sob a sua tutela. O esvaziamento do Conselho Superior em favor do Colégio de Dirigentes, que, de acordo com

nossos estatutos, não possui caráter deliberativo, torna frágeis nossas instâncias de tomadas de decisão, porque evidencia uma confusão entre gestão e política institucional.

Pensar uma instituição da envergadura de um Instituto Federal de Educação, na perspectiva administrativa e gerencial, apenas, limita e reduz nosso potencial e nossa razão de existir, nosso real propósito, que é a efetiva contribuição para uma sociedade mais produtiva, mais justa, mais plural. Nós temos potencialidades para sermos muito mais relevantes no cenário nacional de ensino, pesquisa e extensão, mas nossa atual gestão não nos permite avançar, revelando e realizando efetivamente esse potencial.

Acredito e defendo políticas institucionais de gestão colegiada. Para que isso se realize efetivamente em nossa instituição, proponho que demos início a um amplo e pedagógico processo de discussão, debates e estabelecimento de nova cultura institucional, construída da base ao topo, que modifique e aprimore nossos processos de tomada de decisão.

Temos profissionais altamente capacitados e dispostos a construir um IFMG mais relevante no cenário nacional. Todos nós que estamos todos os dias desde cedo nas salas de aula, nós, que pelejamos como técnicos na carência de insumos básicos para nossos serviços cotidianos, nós que vemos o esforço dos estudantes que estão na lida da extensão, nós que vemos o orgulho dos alunos que participam de uma pesquisa, nós que recebemos os familiares nas formaturas orgulhosos de seus filhos terem passado por nossa casa, nós que lutamos aqui embaixo todo dia, sabemos bem que isso aqui não é uma empresa. Nós sabemos que isso aqui é uma escola. E uma escola não é só isso que se vê, é um pouco mais.

Uma escola é um pouco mais porque ela exige, como espaço de educação, ser democrática. E isso significa muito mais que visitar campus, de forma teatral e cosmética, como faz a atual gestão, e muito mais que fazer GT aparelhado pelos indicados do reitor. Ser democrático significa fortalecer os laços institucionais, os espaços institucionais de tomada de decisão, os arranjos que coloquem poder onde hoje somente existe vazio.

## **NÓS PODEMOS MAIS**

A rede dos Institutos Federais fez 10 anos este ano. Assim como os outros IFs, nós, do Instituto Federal de Minas Gerais, começamos a atuar de forma enredada com a fusão de cinco instituições em uma. Hoje somos dezoito campi e uma reitoria. Já avançamos, mas ainda lidamos com mecanismos de uma cultura institucional frágil em termos de rede. Não temos uma visão do todo, porque não paramos para construí-la. Fomos crescendo, apenas. Precisamos (re)conhecer a nossa instituição para nos ver de cima: como um todo, e não apenas como pontos isolados. Para que cada ponto da rede seja valorizado e fortalecido é preciso criar mecanismos de gestão horizontalizada, com representações verdadeiramente colegiadas, decisões e responsabilidades distribuídas, debates ampliados, práticas fortalecidas. Na gestão em rede, somos todos por todos, porque nos enxergamos em comunidade. Todo mundo passa a ser importante. Não uma importância aleatória, arbitrária, míope. Uma importância de quem é essencial para que o todo caminhe, cresça, se fortaleça. Princípios do trabalho em rede: valores e objetivos compartilhados, vontade, descentralização, conectividade, multi-liderança, múltiplos níveis de organização e ação, dinamismo, autonomia, circulação de informação, empoderamento dos participantes.

Minha proposta de trabalho está fundamentada em algumas ações principais, que serão detalhadas a seguir: a) estabelecer um processo estatuinte no IFMG, b) criar o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), c) departamentalizar todos os campi, d) estabelecer a



regulamentação da atividade docente, e) lutar pela garantia dos direitos conquistados pelos servidores, como a flexibilização da jornada de trabalho dos TAEs.

## **OBJETIVO 1: FAZER A ESTATUINTE DO IFMG**

**META: estabelecer um processo estatuinte para redefinirmos juntos o futuro do IFMG, para repactuar nossas relações institucionais, para instaurar uma cultura de gestão democrática e colegiada, para promover nosso reconhecimento como uma comunidade.**

O contexto em que vivemos exigirá cada vez mais um amadurecimento institucional, que, nesses 10 anos, ainda não desenvolvemos plenamente. Para sermos capazes de entender os desafios e enfrentar as dificuldades, vamos precisar nos reconhecer como uma comunidade no IFMG.

Uma comunidade formada por membros dotados de capacidades, qualidades, diferenças e dificuldades. Uma comunidade constituída de múltiplas identidades. Esse reconhecimento somente acontecerá quando nutrirmos empatia, solidariedade e cumplicidade na busca pela sobrevivência da nossa instituição.

A construção desse espírito comunitário no IFMG atual exige o rompimento da dimensão fragmentada das unidades escolares. Para isso, a reitoria precisa criar espaços institucionais de diálogo entre as unidades, para que juntas possam planejar o IFMG que desejam construir. Só um planejamento coletivo, institucionalmente mediado, pode ser capaz de garantir nossa sobrevivência, pactuar expectativas, dirimir atritos e diferenças. É preciso que nossa instituição promova diálogos democráticos, para que assim se reconheça e se respeite.

Uma comunidade que se reconheça e mantenha diálogo democrático entre seus pares, suas unidades, seus servidores, alunos, sua comunidade ao entorno, suas empresas parceiras, tem mais força para defender sua autonomia e resistir aos ataques as suas prerrogativas constitucionais, como a liberdade acadêmica, e as suas conquistas das últimas décadas.

Para fazer essas mudanças estruturais na nossa cultura institucional e de fato democratizá-la, será preciso estabelecer um novo pacto institucional. Um novo pacto impõe um processo novo, que se faz urgente. Nosso estatuto é de 2009, quando surgimos com três campi e duas Uneds, republicado em 2012 no DOU e alterado pelo reitor em 2016 à base de uma canetada e uma rápida consulta ao CONSUP. Nós precisamos fazer um novo estatuto; um estatuto que nos integre por meio de uma agenda democrática, institucional, que coloque em perspectiva todas as demandas de uma comunidade composta por dezoito campi e uma reitoria, um estatuto que seja construído para o futuro, por meio de um processo dialógico. Para isso, somente um amplo processo estatuinte, que nos refunde, que nos repactue, que nos faça desenhar a instituição que queremos ser para então planejarmos as ações que nos transformarão. Equivoca-se quem acredita que o planejamento começa definindo as metas do que vamos fazer; as metas se definem a partir do como fazer. E nosso fazer tem que ser amplamente democrático. Por isso, é urgente um processo estatuinte.

## **OBJETIVO 2: CRIAR O CEPE – CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

**META:** criar um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) que democratize de fato o processo decisório dessas questões, que são de fato o que temos de mais importante em nossa instituição.

No IFMG, temos o Conselho Superior (CONSUP) como órgão colegiado máximo da instituição. Ele é o equivalente aos Conselhos Universitários das Universidades ou aos Conselhos Superiores dos demais Institutos Federais, todos com composição bastante similar e com demandas também muito parecidas, especialmente criados a partir da própria lei de criação dos institutos que data de 2008. Ao plenário do Conselho Superior competem todas as decisões de ordem administrativa, financeira, patrimonial, disciplinar, de ensino, de pesquisa e de extensão do Instituto. No que tange às questões administrativas, ele acaba sendo auxiliado pelo Colégio dos Dirigentes (CD), um colegiado composto pelos pró-reitores e pelos diretores de campi, sendo presidido pelo Reitor. O Colégio de Dirigentes não tem caráter deliberativo e sim consultivo (em nosso Instituto; em outros, tem também, estritamente para assuntos da esfera administrativa, caráter deliberativo) – em que pese muitas das decisões cheguem praticamente prontas para serem votadas em um CONSUP que, de resto, conta com maioria sempre manobrada pelo reitor, o que enfraquece imensamente qualquer tentativa de construir uma agenda ou uma prática minimamente plurais na instituição. É bem verdade que isso permite acelerar o processo decisório no Instituto, mas, na mesma medida e na mesma proporção, isso inclina as decisões para o lado do grupo que administra o Instituto. Assim, reitera-se frequentemente a confusão entre o que é gestão e o que é política educacional, confundindo-se que o grupo que foi eleito para gerir com exclusividade por um mandato não foi eleito necessariamente para definir a política educacional do Instituto. Numa comparação com a teoria política: há questões de governo e há questões de Estado; se cabe ao grupo que se elege a prioridade na gestão das questões de governo a ele jamais deveria caber a exclusividade na dianteira decisória das questões de Estado. Não é assim que é compreendido, contudo, e traduzir isso na campanha de forma clara é um desafio tão importante quanto urgente.

A despeito das inúmeras e delicadas relações que esvaziam o potencial democrático de órgãos como o Colégio de Dirigentes e mesmo o CONSUP, na medida em que formatados para garantirem um simulacro de participação da comunidade nas decisões autocráticas do reitor e de sua corte, é inegável que a existência de um órgão como o CD coloca em destaque a existência de uma câmara que pauta o fórum máximo da instituição. E pauta a instituição, uma vez que seu plenário é formado pelos diretores dos campi sobretudo, pela ótica do gestor acima de qualquer outra, uma vez que o CD é uma câmara composta exclusivamente por gestores. Isso que faz com que uma instituição de nosso porte necessite de um colegiado específico para Ensino, Pesquisa e Extensão, como fazem as universidades ou mesmo institutos como os nossos, casos do IFRN, IFG ou IFPB. E prescinde porque entende que o Conselho Superior é o único espaço em que essas questões podem ser decididas na medida em que ensino, pesquisa e extensão estão colocadas à mercê do financeiro e do administrativo. É uma situação peculiar e extravagante: um colegiado formado apenas por gestores, sem nenhuma participação de representantes de nenhum outro setor da instituição, acorda as pautas de todos os assuntos da instituição.

É evidente que não se constrói uma instituição séria e responsável sem considerar a importância da gestão, do financeiro e do administrativo. Mas, cumpre-nos perguntar: uma instituição de ensino pesquisa e extensão pensa seu desenvolvimento a partir do financeiro e

do administrativo ou o financeiro e o administrativo de uma instituição são pensados a partir da agenda que o ensino, a pesquisa e a extensão entabula?

Atualmente, são os gestores reunidos no Colégio dos Dirigentes que determinam a agenda que, ao cabo, acaba por ser ratificada no Conselho Superior cujo plenário é formado sempre, de acordo com as próprias regras, para atender o interesse do reitor. Se o IFMG quiser crescer de fato, verticalmente e não apenas horizontalmente, ele precisa remodelar urgentemente sua estrutura decisória. Isso passa, obrigatoriamente, por compreender que administração financeira e orçamentária é um eixo da administração, mas não o único. Ademais, passa por perceber a urgência de constituir um colegiado específico para ensino, pesquisa e extensão. Um órgão que democratize de fato o processo decisório do que temos de mais importante, um fórum que estabeleça as políticas para as três áreas a partir da base dos nossos profissionais. Um órgão que paute a instituição, a partir dos profissionais que discutem pesquisa, ensino e extensão no seu cotidiano, que representem os colegas, que representem seus campi, que articulem a base em torno do que temos de principal.

Por meio do CEPE e sua composição colegiada intercampi, algumas ações poderão ser realizadas, a favor da transversalidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão:

- a) Empoderar as pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, para que desenvolvam e incentivem trabalhos em rede, com formação intercampi;
- b) Contribuir para que o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão atue de forma integrada e transversal como parte da solução dos grandes problemas sociais das comunidades do entorno dos campi do IFMG;
- c) Criar ações para estreitar o contato com as unidades produtivas, sociais e culturais às quais estamos relacionados;
- d) Valorizar programas, projetos, pesquisas, que incentivem a luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural, social, étnica, de gênero e de pluralidade de ideias;
- e) Criar mecanismos para detectar, integrar e valorizar atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística da região atendida pela instituição;
- f) Incentivar a organização e experimentação de propostas pedagógicas inovadoras nas unidades como forma de combater a repetência e a evasão escolar;
- g) Discutir e ampliar o sentido de “inovação”, e “pesquisa aplicada”, para que os editais possam contemplar não só a produção tecnológica de materiais e produtos, mas considerem também como inovadores e aplicados projetos voltados, por exemplo, para metodologias e práticas de ensino;
- h) Estimular, por meio de programas e recursos, encontros sistemáticos entre áreas, departamentos e cursos, para discutir programas, projetos, metodologias, projetos, etc., buscando o enriquecimento das práticas educacionais pelo senso de rede e de comunidade.
- i) Investir em diagnóstico e pesquisa sobre o Ensino Médio, para que ele volte a ser o foco e a razão da base de nossa verticalização;
- j) Incentivar o diagnóstico e reavaliação de nossas matrizes curriculares;
- k) Estimular pesquisas que levantem problemas educacionais, questões culturais e ambientais das comunidades do IFMG e do seu entorno, para direcionar melhor os projetos de extensão e de ensino;

- l) Estabelecer diretrizes administrativas e acadêmicas para a criação de uma editora própria do IFMG;
- m) Criar processos de gestão de projetos mais claros e eficientes, que possibilitem a execução financeira dos recursos aprovados pelo pesquisador (tanto nos editais internos quanto em editais de agências de fomento externas), mas que tenham um acompanhamento de controle e prestação de contas que deem credibilidade ao processo;
- n) Fortalecimento das licenciaturas, com a discussão de possibilidades para institucionalização de programas como PIBID, Residência Pedagógica e Prodocência;
- o) Maior transparência e clareza nos processos de seleção para os editais de fomento. Hoje, não temos clareza no processo de seleção desses editais. Os projetos não são classificados, mas apenas divulgados como aprovados ou reprovados. Dessa forma, não é possível ao pesquisador que submeteu seu projeto saber os critérios de escolha e distribuição das bolsas entre as agências de fomento (CNPq, FAPEMIG ou IFMG).
- p) Estabelecer uma política estável e segura para apoio e fortalecimento dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

### **OBJETIVO 3: DEPARTAMENTALIZAR TODO O IFMG**

**META: Estabelecer departamentos em todos os campi, garantindo o funcionamento orgânico de nossa democracia institucional, base de nosso crescimento verticalizado.**

É preciso departamentalizar todos os nossos campi. Sem exceção. O departamento é uma unidade básica de incorporação do professor ao processo de tomada de decisão no instituto. O departamento é a célula inicial do fortalecimento administrativo da instituição. Como departamentalizar, como estruturar o departamento, como resolver as diferenças de campus a campus e demais questões quanto a isso é desafio que a reitoria precisa enfrentar com urgência, sem, é claro, perder de vista a identidade de cada campus e sua constituição particular. Eu vou enfrentar esse desafio.

Departamentalizar significa, portanto, colocar em cada professor a responsabilidade pelas decisões na sua unidade. Mas, para além disso, precisamos compreender que as decisões mais importantes que temos que tomar estão no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. É absurdo e equivocado supor que isso se dilui seja no Colégio dos Dirigentes ou mesmo no Conselho Superior, mesmo que ele funcionasse a contento. Por isso, para isso, Institutos consolidados (como o IFRN e o IFG), desde o seu início, contam com um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Porque Ensino, Pesquisa e Extensão são parte de uma política pensada, estruturada mas, sobretudo, discutida, alicerçada no pertencimento e na identidade comum do Instituto. Por isso pensaremos em rede, por isso construiremos isso num Conselho permanente e indispensável ao nosso crescimento.

### **OBJETIVO 4: FAZER VALER A POLÍTICA DE PRODUTIVIDADE DOCENTE COMO CONTROLE DA ATIVIDADE DO PROFESSOR**

**META: criar mecanismos de gestão para fazer valer a produtividade docente como única ferramenta de aferição do trabalho docente. Para todos os professores, de todos os campi. Sem exceção.**

Não temos hoje uma política isonômica em relação ao controle da atividade docente. Há campus que exige ponto a cada aula dada, outros que cobram o ponto protocolarmente, com

o professor assinando tudo de uma vez, outros, contudo, que cobram presença diária do professor no campus – mesmo sem oferecer o menor suporte, como gabinetes, por exemplo.

A atual gestão do IFMG criou um Grupo de Trabalho para rever nossa política de Regulamentação da Atividade Docente e aprovou, via Conselho Superior, os modelos de Plano Individual de Trabalho (PIT) e de Relatório de Atividades Individuais (RAI), como forma de aferir a produtividade dos professores, dando assim menor ênfase ao ponto.

Apesar disso, impera a vontade dos diretores gerais: quem tem sorte de ter um diretor comprometido com a produtividade de seus professores sofre menos pressão; já quem não tem essa sorte, está cumprindo 40h no seu campus.

Não podemos continuar permitindo que se trate cada professor de cada campus de um jeito diferente no que toca ao seu ponto e sua Regulamentação da Atividade Docente. Minha proposta é fazer valer a produtividade docente como única ferramenta de aferição do trabalho docente. Para todos os professores, de todos os campi. Sem exceção.

#### **OBJETIVO 5: GARANTIR O DIREITO À FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE FORMA SEGURA E ESTÁVEL**

**META: assegurar o direito à flexibilização da jornada de trabalho dos técnicos administrativos, de forma isonômica, segura e estável.**

A legislação prevê 40 horas de trabalho para os técnicos administrativos. Entretanto, há um decreto do Governo Federal que permite a concessão da flexibilização da carga horária. Nessa legislação, o servidor não reduz seu tempo de trabalho, mas tem uma flexibilização, permitindo uma negociação do servidor dentro da Instituição, para garantir um atendimento maior dos setores que lidam com o público. Esse decreto prevê 12 horas de atendimento ininterrupto ao público.

No IFMG, há uma resolução do Conselho Superior e uma portaria do reitor regulamentando a flexibilização da jornada de trabalho. Essa flexibilização é organizada por uma comissão central e comissões locais, que recolhem dos setores suas especificidades e um plano de trabalho para determinar quais áreas poderão efetivamente atuar em regime de 30 horas. A organização administrativa dos campi, portanto, influencia diretamente na concessão ou não desse direito. Com a atual cultura institucional, os servidores ficam à mercê das decisões dos diretores gerais e do reitor, porque compete a eles determinar o funcionamento dos setores sob sua responsabilidade. Minha proposta, com a repactuação das nossas relações e mecanismos de representação institucionais, é fazer valer o direito dos servidores, de forma isonômica, com ampla discussão da comunidade no que concerne ao funcionamento da estrutura administrativa, uma vez que isso impacta diretamente a possibilidade da flexibilização do trabalho. Se é um direito desse servidor essa flexibilização, também deve caber ao conjunto dos servidores a decisão acerca do funcionamento administrativo dos diferentes setores envolvidos.

Considero essas duas ações (objetivos 4 e 5) como principais e urgentes para o contexto do IFMG, hoje. Além dessas metas, proponho também outras questões caras aos servidores da nossa instituição, e que, acredito, por mais simples que pareçam, indicam a forma como nossa cultura institucional vem se estabelecendo e afetando nosso trabalho e nossa relação com o IFMG.

- a) Acesso livre da comunidade do IFMG à Reitoria, que tem impedido a entrada de seus próprios servidores às dependências da instituição;
- b) Respeito e empoderamento das instâncias colegiadas para evitar o arbítrio de reitores, pró-reitores e demais dirigentes;
- c) Relação republicana e democrática com os sindicatos dos servidores;
- d) Consulta para diretores nos campi avançados, que hoje estão sob a tutela de diretores pró-tempore. Não se pode administrar o IFMG sem negociar com as unidades; as unidades com diretores pró-tempore indicados pelo Reitor não possuem legitimidade democrática;
- e) Promover políticas de capacitação de nossos servidores, em especial os técnicos administrativos, para que possam se estabelecer como elos essenciais que são no funcionamento da instituição, inclusive permitindo que, uma vez devidamente capacitados, possam concorrer a cargos administrativos.

#### **OBJETIVO 6: GARANTIR UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA COLEGIADA**

**META: permitir a participação de todos os campi, a partir das instâncias colegiadas, das decisões relativas à distribuição orçamentária do IFMG.**

Um termômetro importante de como nossa política de gestão administrativo-financeira tem sido realizada de forma autoritária, centralizada e com pouco diálogo entre os campi é o grupo de trabalho formado pela reitoria para “administrar a crise” gerada pelo contingenciamento do orçamento de 2018. Sabemos que todo orçamento é flexível que a gestão precisa se adaptar às oscilações de repasses, mas estamos diante de um cenário em que é impossível não nos posicionarmos fortemente em relação às ameaças que a educação pública, gratuita e de qualidade vêm sofrendo.

- a) Empoderar o Conselho Superior para que atue de forma realmente autônoma a favor de políticas institucionais, e não de políticas de gestão;
- b) Criar o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para que possa deliberar sobre questões relacionadas a esse tripé, que é nossa maior razão de existir;
- c) Otimizar a “reitoria itinerante”, realizando jornadas práticas de planejamento e gestão, com levantamento de demandas por região, e não apenas visitas protocolares e autopromocionais;
- d) Fomentar a agenda da sustentabilidade, do uso racional dos ativos da natureza como energia, papel, água e descarte racional de resíduos;
- e) Investir na formação de nosso pessoal técnico-administrativo para o aperfeiçoamento contínuo de nossos processos de gestão de contratos, projetos, programas;
- f) Tornar o IFMG um centro multiplicador de boas práticas de gestão, tanto internamente, quanto no âmbito da rede de educação tecnológica federal;
- g) Investir no planejamento institucional em seus mais diferentes níveis, começando pela discussão colegiada da aplicação do nosso orçamento;
- h) Reformular políticas de gestão de pessoas;
- i) Garantir constantemente a
- j) Fomentar a integração entre os servidores da instituição, promovendo ações que possam estabelecer o reconhecimento de docentes e técnicos administrativos como dimensões diferentes e igualmente importantes do processo educacional.



## **OBJETIVO 7: GARANTIR A PERMANÊNCIA DO ALUNO DO VESTIBULAR À INTEGRALIZAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO EFETIVO DOS EGRESSOS**

**META: atuar na defesa da democratização do acesso e no compromisso com a permanência do estudante no IFMG.**

Nossa razão de existir é o nosso aluno. Todas as nossas iniciativas, projetos, propostas, metas, devem caminhar para que o aluno possa ter acesso à nossa instituição, permaneça nela integralmente e conclua seu curso com perspectivas de futuro. As ações voltadas para o aluno estão articuladas a partir desses princípios: democratização do acesso e compromisso com sua permanência integral no IFMG.

- a) Garantir acesso do maior número de alunos aos recursos de assistência estudantil;
- b) Estimular a participação dos discentes através de suas instituições representativas como grêmios, DA/CA's e Conselho de representantes;
- c) Estimular projetos de extensão que possam usar os espaços e dependências dos campi como locais de integração com a comunidade, com atividades culturais, recreativas, esportivas;
- d) Estimular a realização de projetos de "campus aberto" em todos os campi, com a inserção dessas atividades na regulamentação da atividade docente e nos programas extensionistas;
- e) Ampliar políticas afirmativas para o acesso aos cursos de pós-graduação;
- f) Incentivar a reformulação curricular, a maior integração das atividades dos cursos técnicos, da graduação, da pós-graduação, da pesquisa e da extensão, com o estímulo a projetos que estudem e implementem novas metodologias de ensino;
- g) Criar políticas de acompanhamento dos estudantes desde os primeiros semestres, visando à maior inserção na vida acadêmica. Novas práticas de ensino devem ser incentivadas por meio de editais internos específicos;
- h) Criar mecanismos para que núcleos de acessibilidade (Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNEs) tenham recursos próprios para gerir suas políticas;
- i) Ampliar o trabalho dos Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) para a reitoria, para que atenda a todos os campi, respeitando a expertise, a autonomia e o trabalho dos núcleos já estabelecidos nas diferentes unidades do IFMG;
- j) Garantir que nossas pesquisas a respeito de evasão e acompanhamento de egressos tornem-se efetivamente políticas para enfrentar de forma definitiva esses problemas históricos.

Acredito que podemos muito mais. Mais ainda do que está apresentado neste plano de trabalho. Tenho certeza que, uma vez instaurado nosso processo estatuinte, vamos ter condições de nos reconhecer como um todo, de identificar nossas potencialidades, de detectar nossos maiores entraves e de pensar juntos em formas de superá-los.

Meu compromisso é com o IFMG que sabemos que podemos construir, para nós e para as próximas gerações. Nós podemos mais!

**Ana Elísa Costa Novais**

Candidata à Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais